



UMA REFLEXÃO SOBRE HETEROTOPIAS, PERFORMATIVIDADES CONTRASSEXUAIS E CIBORGUES

Camila Severino

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – severinocl@outlook.com

RESUMO: As condições de produção do sujeito sob a influência dos aparelhos ideológicos de Estado e dos *rackets* revelam como engrenagens a relação de coerção social e de comando-obediência, respectivamente. Nas heterotopias de desvio, fissuras deixadas pelas estruturas de dominação, a reformulação do sujeito se inscreve a partir de performatividades subversivas denominadas, neste trabalho, ressignificação. A partir desse conceito, pretende-se analisar suas principais acepções e correlacioná-las à contemporaneidade, observando as novas estratégias de dominação do capitalismo avançado e a emergência da espécie pós-humana.

Palavras-chave: identidades, performatividades, teoria crítica, teoria *queer*, pós-humanidade.

INTRODUÇÃO: As identidades sociais possibilitam a inserção do sujeito na sociedade da mesma forma que a cultura inscreve os seres humanos como seres significantes. Segundo Terry Eagleton (2005), a cultura é, dialeticamente, realista, ao considerar a natureza como seu antecedente existencial, e construtivista, ao observar “que essa matéria-prima precisa ser elaborada numa forma humanamente significativa” (EAGLETON, 2005, p. 11). Por sua vez, essa elaboração significativa da natureza, ou seja, a produção do mundo (ou, simplesmente, cultura), realizada pelo *homo faber*, permite a ele próprio a experiência da “mesmidade [*sameness*], isto é, sua identidade” (ARENDDT, 2015, p. 170) no

contato com os objetos do mundo. Nesse sentido, a cultura recusa “o determinismo orgânico, por um lado, e [a] autonomia do espírito, por outro” (EAGLETON, 2005, p. 14), pretendendo assim, dominar a natureza e os seres humanos a partir de instrumentos culturais, como o esclarecimento científico (ADORNO & HORKHEIMER, 2015) e as identidades sociais hegemônicas.

Para compreender as identidades sociais, pode-se recorrer à coerção social de Émile Durkheim, empregada por Max Horkheimer e Theodor W. Adorno não como ferramenta da solidariedade social durkheimiana, mas como uma das bases para a dominação no estágio no capitalismo avançado (ADORNO & HORKHEIMER, 2015, p. 30). Nas



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

palavras de Hanna Arendt (ARENDR, 2015, p. 170), a subjetividade dos homens é combatida a partir da instauração da objetividade do mundo, a durabilidade das coisas produzidas que as faz resistir temporalmente de modo que, contrariando o dizer de Heráclito de que o mesmo homem jamais pode entrar no mesmo rio, os indivíduos possam se relacionar com os mesmos objetos e, assim, recobrar eternamente sua *sameness*. É o mundo artificial de coisas duráveis que, em contraposição ao tempo cíclico da vida biológica, estabelece uma temporalidade linear capaz de reconhecer as vidas individuais (CORREIA, 2015, p. 28).

No cenário da Linguística, Ferdinand de Saussure afirma que, para a cultura em geral, “na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui fator mais importante que qualquer outro” (SAUSSURE, 1974, p. 14). Segundo o autor, a língua(gem) é um sistema estruturado por signos dotados de uma face psíquica (significado) e outra física (significante) representando, em respectivo, o caráter designatório/ organizativo do pensamento e a natureza comunicacional da língua(gem). Nessa linha estruturalista, Michel Foucault concebe o pensamento como produto histórico de formações discursivas e conjuntos de conceitos legitimados em época ou comunidade específicas (FOUCAULT,

1999, p. 9). O pensamento, entendido como a cultura ideológica de um tempo e de um lugar, realiza-se nos e pelos discursos dos aparelhos ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1985) e da relação de comando-obediência entre os comandantes dos *rackets* e seus protegidos (ADORNO & HORKHEIMER, 2015, p. 21, 30). A potencial dimensão materializadora dos signos linguísticos encontra-se defendida por John L. Austin (1962) por meio do conceito de enunciados performativos, segundo o qual os enunciados realizam uma ação.

No cenário da Teoria *Queer*, Judith Butler (BUTLER, 1993, 2015) se apropria da teoria dos Atos de Fala para construir sua noção de performatividade identitária. Em combate aos essencialismos de gênero e sexualidade, a autora argumenta que as identidades não devem ser entendidas como naturais. Ao contrário, elas são construídas sociodiscursivamente, correspondendo à paródias sem modelos originais performadas pelos sujeitos a partir de sua identificação com determinada identidade e consequente negação de outra. Segundo o conceito de performatividade, não se *é* e sim se *está*. E o que permite o sujeito transitar entre *estar* hetero/homossexual, homem/mulher etc, é o processo de significação ocorrido no momento em que se usa a linguagem.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A performatividade, assim como o enunciado performativo de Austin, está sujeita ao sucesso ou fracasso. Segundo a linguista Roberta Pires de Oliveira (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 29), a enunciação pode sofrer a negação polêmica, quando se nega o pressuposto, ou a negação metalinguística, quando se nega o posto. Assim, se diante do enunciado “Ela agora é uma mulher”, recebe-se as respostas “Mas ela ainda se comporta e se veste como um homem!” e “Mas ela já não o era antes?”, tem-se respectivamente, uma negação metalinguística e uma polêmica. No caso da primeira resposta, dir-se-ia que, em primeiro momento, o Eu-enunciador (Eue) não obteve sucesso, ou seja, não influenciou nem persuadiu o Tu-destinatário (Tud)¹. Trabalhando esse impasse semântico a partir do viés dialógico, poderia se dizer que as vozes permeadoras do enunciado do Eue se encontram distantes epistemologicamente das vozes existentes na primeira resposta do Tud. Daí Mikhail Bakhtin dizer que o “autor (falante) tem seus direitos inalienáveis sobre a palavra, mas o ouvinte também tem os seus direitos” (BAKHTIN, 2010, p. 328).

Analisando o sucesso/fracasso da performatividade no contexto dos aparelhos ideológicos do Estado, o termo emergente é legitimação. Se “o homem é por natureza um

¹ Sujeitos de Charaudeau (CHARAUDEAU, 2010).

animal ideológico” (ALTHUSSER, 1985, p. 94), a prática de uma identidade só existe através de uma ideologia regulada por instituições materiais que produzem o próprio sujeito a quem passam a representar (FOUCAULT, 1999, p. 125-135). Por consequência, as práticas materiais estranhas (*queer*) à ideologia hegemônica não representam práticas legítimas e, portanto, devem ser submetidas à coerção social até se tornarem tão padronizadas quanto as já legitimadas. Daí Sigmund Freud afirmar que “a história do homem é a história da sua repressão” (MARCUSE, 1972, p. 33).

Paralelamente à explicação marxista althusseriana da sociedade, na década de 1930, Max Horkheimer desenvolve a teoria dos *rackets*. Segundo o autor, a dinâmica social no capitalismo avançado tende à uma integração da classe operária aos princípios de dominação² (SILVA, 2011, p. 101), de forma que o conceito de luta de classes não pode mais definir as relações sociais. Nessa fase capitalista pós-liberal, a nova forma de organização deriva do estabelecimento dos *rackets*, grupos fechados e político-economicamente coesos, dotados de uma divisão interna rígida baseada na relação de comando-obediência entre um líder e seus protegidos. Uma vez que os *rackets*

² Essa ideia também está presente em Rosa Luxemburgo (LUXEMBURG, 1991, p. 43-44).



competem entre si, as identidades sociais seriam reguladas pela negação da alteridade de um *racket* em relação ao outro. Ademais, as identidades nessa etapa do capitalismo devem considerar o papel da indústria cultural, forjada com o instrumentalismo da razão, à serviço do controle do tempo ocioso do indivíduo aumentado em consequência da redução da jornada de trabalho da civilização cada vez mais industrializada (MARCUSE, 1972, p. 60). Tal “estetização da vida cotidiana” (SILVA, 2011 p. 132) corresponde à nova estratégia de dominação no curso contínuo da civilização de triunfar sobre o princípio de prazer do homem (MARCUSE, 1972, p. 36).

Se, por um lado, a fantasia (vinculada ao princípio de prazer) é a única atividade mental resguardada do domínio e das alterações culturais (Ibid., p. 35), por outro lado, na contemporaneidade, “a invasão da esfera privada pela razão instrumental acaba com a capacidade que os seres humanos tinham de se refugiar em um mundo de representações para enfrentar a realidade” (SILVA, 2011, p. 131). Nessa perspectiva, a ameaça à capacidade de fantasiar/representar liquidaria a multiplicidade, já reduzida pela coerção social, das identidades sociais. A sujeição do indivíduo à conformidade hegeliana e a amputação de sua necessidade

de fantasiar conduziriam a sociedade a que fim?

Na concepção de Antonio Candido, a necessidade da fantasia “é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares” (CANDIDO, 1972, p. 82-83). A fantasia e seus produtos (a arte, a literatura) guardam a utopia do mundo reconciliável, ou seja, da organização não repressiva entre natureza e humanos e humanos entre si. Nessa perspectiva, considerando que o utilitarismo sistemático ou “a filosofia do *homo faber*, engendra como seu inelutável efeito colateral a completa ausência de significado” (CORREIA, 2015, p. 26), não seria possível esperar que os seres humanos se rebelassem contra a insignificância e buscassem, assim como fizeram por meio da edificação dos primeiros elementos culturais, *ressignificar-se*?

Falar sobre identidades de gênero e sexualidade é falar do sujeito que se significa por meio de representação repetitiva. Assim, “não há um ser por detrás do ato; o ato é tudo” (NIETZCHE, 2002, p. 17). E se inexistente um “eu” por trás da performance, de que outra forma o ser humano far-se-á existente e, portanto, significativa, se não por meio das performatividades? Assim como a sociedade, o sujeito se constitui como a



materialização de significações imaginárias construídas sociodiscursivamente. A possibilidade de pensar o sujeito como uma imagem, como a corporificação de ideias, permite relacioná-lo ao conceito de Imaginário Sociodiscursivo de Patrick Charaudeau. Nessa perspectiva, o sujeito, considerado real, nada mais é que uma imagem com aparência de valor de verdade, um “lugar de produção da significação linguageira” (CHARAUDEAU, 2001, p. 30). A performatividade seria um ato de linguagem³ cuja estratégia discursiva⁴ vise a legitimação, logo, a significância, do sujeito. Em tempo, o ato de linguagem engloba o ato de fala (Ibid., p. 36), mas não se restringe ao estritamente verbal explícito uma vez que incluem-se “os implícitos, os gestos, as imagens icônicas etc” (ALMEIDA, 2016, p. 183).

Assumir uma identidade supõe compromissar-se com os desdobramentos ideológicos, políticos, econômicos, culturais, sociais etc, que essa identidade gera. Além disso, a aquisição de uma identidade culmina ou é culminada em/por reflexos psicofísicos.

³ “totalidade da encenação linguageira com seus dois circuitos, externo – o da relação contratual entre parceiros – e interno – o da encenação do *dizer*, com seus dois protagonistas” (CHARAUDEAU, 2001, p. 36).

⁴ “efeito possível produzido pelo ajustamento (o jogo) entre a encenação do *dizer* (o ato de fala) e a relação contratual do *fazer*” (CHARAUDEAU, 2001, p. 36).

Admite-se a face *invasiva* da performatividade ao considerar “os efeitos de inscrição sobre o corpo” (PRECIADO, 2014, p. 92). Não se trata de “se passar” por determinada identidade de gênero e/ou de sexualidade, tampouco se trata de “essencializar” essas identidades. O que se quer apontar é a existência dos processos corporais próstéticos, as transformações nos corpos transgêneros e transexuais, as tecnologias sexuais incorporadas fisicamente, a abertura de orifícios como novas regiões de prazer. Esses apontamentos feitos por Beatriz Preciado no livro *Manifesto Contrassexual*⁵ (2014) contra-argumentam o conceito de performatividade de Judith Butler (BUTLER, 1993, 2015), que reduz a identidade a um mero efeito discursivo. Preciado usa a noção de técnica de Michel Foucault e eleva a performatividade ao nível da prática, não apenas do discurso. Pensar a performatividade sexual como um conjunto de “máquinas sexuais” conduz ao que a/o autora/autor denomina espécie “pós-humana” (PRECIADO, 2014, p. 96).

Por acreditar nas ideias de Preciado, este artigo pretende promover uma reflexão sobre as identidades de gênero e sexualidade enquanto performatividades contrassexuais⁶ e

⁵ Originalmente lançado em 2002.

⁶ A escolha por performatividade contrassexual e não performatividade preciadiana para denominar a



não como meros imaginários sociodiscursivos ou como performatividade butleriana. Além de problematizar essas teorias, espera-se promover uma discussão acerca das identidades no contexto do capitalismo avançado considerando, principalmente, a indústria cultural e a indústria farmacêutica como estratégias de conformidade identitária dos sujeitos.

METODOLOGIA: Este artigo é a gênese de um projeto de iniciação científica no campo de Linguística aplicada. Na fase inicial, a metodologia da pesquisa é a análise bibliográfica de obras nos campos da Teoria *Queer*, Teoria Crítica, Teoria Semiolinguística e Teoria Estruturalista.

RESULTADOS⁷: Para apresentar as análises do *corpus* é utilizado um dispositivo de N-essência, mecanismo que consiste em associar conceitos chaves da materialidade linguística a fim de construir combinações entre eles e fazer emergir novos sentidos. Essa combinação gira a partir de dois eixos: no eixo horizontal têm-se as micropolaridades (fronteiras de recorte) e no eixo vertical estão apresentadas as macropolaridades (fronteiras de pesquisa). No caso deste trabalho, utilizaram-se cinco

performatividade segundo Beatriz Preciado deriva de uma analogia com o princípio de prazer freudiano que diz respeito à sexualidade humana.

⁷ Os conceitos técnicos utilizados neste item estão baseados em Santos (2004).

elementos chaves, portanto, trabalhou-se com uma quintessência.

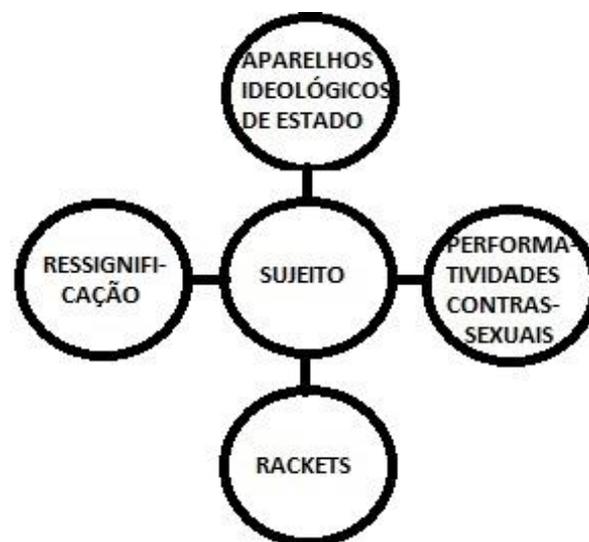


Figura 1 - dispositivo Quintessência.

Conforme mostra a figura, o conceito chave que ocupa a posição de centralidade é “sujeito” - à propósito, reitera-se que sujeito será considerado como um conjunto de identidades sociais. No eixo das macropolaridades se encontram as condições de produção do sujeito nas esferas dos “*rackets*” e dos “aparelhos ideológicos de Estado”. No eixo das micropolaridades estão posicionados os conceitos “performatividades contrassexuais” e “ressignificação”, considerados como potências de significações do conceito-chave central.

DISCUSSÃO: As condições de produção do sujeito sob a influência dos aparelhos ideológicos de Estado e dos *rackets* revelam como engrenagens a relação de



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

coerção social e de comando-obediência, respectivamente. No primeiro caso, a sujeição do sujeito é involuntária, inconsciente e pré-existencial (no sentido de que, antes de nascer, já se fazem conjecturas sobre o sujeito de acordo com a cultura na qual ele viverá num primeiro momento da vida). Os aparatos ideológicos do Estado – polícia, tribunais, administração pública, exército etc – exercerão um controle coercitivo sobre os indivíduos, num movimento de legitimação e exclusão. No segundo caso, a submissão do sujeito aos *rackets* é consciente e voluntária, estando mais associada a uma identificação coletiva com os membros e os princípios do grupo. A legitimação do indivíduo ocorre no interior do *racket* e, caso seja deslegitimado, pode ocorrer seu banimento ou expulsão.

Em ambas as esferas, no processo de aquisição identitária, o sujeito confronta-se com estratégias contínuas de dominação oriundas das instâncias ideológicas hegemônicas de sua época. No capitalismo avançado, a indústria cultural se ocupa do tempo ócio do indivíduo cuja “necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central já é calcada pelo controle da consciência individual” (ADORNO & HORKHEIMER, 2015, p. 100). Esse controle está baseado na repetição, pois as ditas inovações não passam de aperfeiçoamento

técnico da produção, e o estereótipo imposto pela técnica dispensa o pensamento próprio: o “inimigo que se combate é o inimigo que já está derrotado, o sujeito pensante” (ibid., p. 123). “Basta se dar conta de sua própria nulidade, subscrever a derrota – e já estamos integrados. A sociedade é uma sociedade de desesperados [...]” (Ibid., p. 126), e o desespero é o elemento que a cultura utiliza para domar os instintos bárbaros e, sobretudo, os revolucionários. A corrupção do trágico faz-se necessária como parte do processo de aperfeiçoamento moral inculcado pelo consumo compulsivo de entretenimento. A marca da nova geração é a capacidade artificial de sobreviver à própria tragédia, de desenvolver qualquer trabalho sem se envolver particularmente, o que “lembra o caráter tristemente amoldável do soldado que retorna de uma guerra que não lhe dizia respeito” (Ibid., p. 127).

Nessa perspectiva, se a “liquidação do trágico confirma a eliminação do indivíduo” (Ibid., 2015, p. 127), o controle do *pathos* (comportamento emocional) consolida-se de vez com o advento massificado da indústria farmacêutica. A medicalização dos sentimentos, das crianças sendo crianças, dos adolescentes isolados, de descontroles emocionais temporários, dentre outros comportamentos “indesejados”, é reflexo do controle mental imposto ao indivíduo a fim



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de que ele esteja em produção constante (considerando o lazer promovido pela indústria cultural como um prolongamento do trabalho). O uso de psicofármacos, medicamentos que atuam diretamente sobre o comportamento, no contexto industrial, sofre uma banalização demandada pelos propósitos contínuos de controle social. Estariam, assim, os seres humanos plena e irreversivelmente dominados?

Para Adorno e Horkheimer (2015, p. 129) é “vã a esperança de que [...] a substituição mentirosa do individual pelo estereotipado há de se tornar por si mesma insuportável aos homens” já que “as fisionomias produzidas sinteticamente mostram que já se esqueceu até mesmo de que já houve uma noção de vida humana”. Segundo esse pensamento, “não se encontram perspectivas para que os sujeitos se revoltam contra a dominação estabelecida” (SILVA, 2011, p. 271). Em outras palavras, não emergirá no sujeito a necessidade de *ressignificar-se*. Como continuidade e superação desse argumento, encontra-se em Herbert Marcuse o conceito de reconciliação, talvez análogo ao que este trabalho pretende dizer com *ressignificação*, que diz respeito à coexistência do prazer e da razão, da liberdade individual e das realizações da civilização. Essa ordem de liberdade seria tão somente realizada através da dimensão

estética, cuja faculdade mental constitutiva é a imaginação, aquela que foi resguardada da dominação repressiva. Segundo Marcuse (MARCUSE, 1972, p. 160), a “imaginação entra em acôrdo com as noções cognitivas do entendimento, e êsse acôrdo estabelece uma harmonia das faculdades mentais que é a resposta agradável à livre harmonia do objeto estético”. Assim, a arte em contato com a cognição simula a própria reconciliação entre prazer e razão. A arte contém a imagem do mundo reconciliado porque é expressão da própria fantasia do ser humano de um mundo onde não existam relações repressivas. Tal distanciamento da ordem social faz a reconciliação se vincular à utopia, mas ainda não é esse espaço que interessa.

Na segunda metade do século XX, Foucault afirma que o espaço é heterogêneo e definido pelo conjunto de relações que o constituem. O filósofo trabalha com a noção de dois tipos de espaços: a utopia, situada em lugar irreal, e a heterotopia, estabelecida em um contra-espaço do lugar real. (FOUCAULT, 2003, p. 414-415). A heterotopia ainda é dividida em dois aspectos: de crise, relacionada à sacralização dos espaços⁸, e de desvio, relacionada à

⁸ Conceito empregado para expressar a dicotomia de espaços próprios para determinados fins. Exemplos: espaço de lazer - espaço de trabalho, espaço familiar - espaço social, espaço público - espaço privado (FOUCAULT, 1968, p. 4)



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

segregação (por cor, sexualidade, gênero, nível econômico, escolaridade etc). Foucault considera o espelho como um lugar sem lugar, logo, uma utopia, ao mesmo tempo em que afirma a existência do espelho na realidade e sua utilização para exercer um tipo de contra-ação à uma dada posição no espaço, ou seja, uma heterotopia. O espelho representa, portanto, a heterotopia como o espaço de realização da utopia, o realizar-se sem existir legitimamente. O espelho como espaço de realização da performatividade contrária à heteronormatividade de gênero e sexualidade. O espelho como possibilitador dos espaços de alteridade tão fortemente anulados pela conformidade sujeitinal produzida no processo civilizatório. O espelho como espaço para *ressignificação*.

Finalmente, volta-se à esse conceito. Partindo do princípio de que no início do processo civilizatório é imposta ao sujeito uma *significação a priori*, a *ressignificação* seria a reformulação crítica da *significação* primeira. Na contemporaneidade, sofre-se uma *significação a priori* biotecnológica, ou seja, forja-se a condição da existência a partir da imposição das tecnologias, como as TICs⁹, os medicamentos, os hormônios, as próteses, os artigos masculinos ou femininos etc, como extensões do sujeito. Nesse contexto, a *ressignificação* não denota apenas a negação

⁹ Tecnologias de Informação e Comunicação.

do emprego normatizado dessas tecnologias, mas corresponde à própria intervenção subversiva. A reformulação das práticas e das técnicas sexuais e de gênero e a liquidação da conformidade identitária operacionalizam-se no interior do processo de *ressignificação*. Esse processo, por sua vez, parte de um empreendimento individual, tendo como escopo a subversão pelo indivíduo das tecnologias produtoras de seu gênero e sua sexualidade. As fissuras na indústria cultural proporcionam a heterotopia na qual emergirá a espécie pós-humana. O espelho reflete a imagem de um ciborgue: a técnica historicamente empregada para a dominação agora subsidia o surgimento dos movimentos de resistência.

A dimensão estética guarda a gênese da performatividade contrassexual e o palco desta é a heterotopia fruto da própria fissura das civilizações. Diferente do que se propunha provar, a *ressignificação* não é um movimento dialético, mas se inscreve nele por meio de um viés subversivo e de resistência ao poder. O exercício da identidade não é pendular entre ser homo ou hétero, natural ou artificial, opressor ou oprimido, justamente porque o antagonismo entre esses estereótipos se desfaz à luz do primado da subversão. A performatividade contrassexual não existe para promover a ascensão ao poder, mas para resistir a ele.



Não se fala com isso em uma aceitação da condição marginalizada, mas na inevitável consolidação de *rackets* provenientes das heterotopias *queers* e que se apropriarão dos artifícios do mundo administrado a fim de criar formas alternativas de autoafirmação.

Conclusão: O sujeito contemporâneo, enquanto portador de identidades de gênero e sexualidade, encontra-se determinado pelos aparelhos ideológicos de Estado e pelos *rackets*. O movimento de reformulação dessas identidades dadas *a priori* ocorre a partir da fissura das próprias estruturas de dominação. Esses espaços, denominados heterotopias, tornam-se palco para as performatividades contrassexuais e a realização da *ressignificação* dos sujeitos. O processo de *ressignificação*, por sua vez, depreende-se de um movimento individual e corresponde às formas alternativas de apropriação dos artifícios do mundo repressivo em prol da consolidação de uma frente de resistência ao poder.

A saber: 1) a *ressignificação* não é/será massificada; 2) a *ressignificação* não é dialética; 3) a *ressignificação* é uma forma de reconciliação; 4) o espaço da *ressignificação* é a heterotopia de desvio e seu instrumento são as performatividades contrassexuais, logo, a *ressignificação* é subversiva; 5) a *ressignificação* não é fixa, mas garantida por meio de repetições; 6) a *ressignificação*, no

mundo contemporâneo, está estritamente relacionada ao surgimento da espécie pós-humana; 7) a *ressignificação* é.

Agradecimentos: À M., por ser travesti.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. 223 p.
- ALMEIDA, D. M. V. **Performatividades gays: um estudo na perspectiva brasileira e argentina**. Tese de doutorado – UFMG. Belo horizonte, 2016. 360 p.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 12 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 404 p.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995. 128 p.
- AUSTIN, J. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 512 p.
- BUTLER, J. **Bodies that matter: On the discursive limits of “sex”**. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. São Paulo: **Ciência e cultura**, v. 24, n. 9, p. 803-809, 1972.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al (orgs.) Fundamentos e práticas. Belo Horizonte: FALE UFMG, 2001, p. 23-38.

_____. **Linguagem e discurso:** modos de organização. São Paulo: Contexto, 2010. 256 p.

CORREIA, A. Pensar o que estamos fazendo. In: ARENDT, H. **A condição humana**. 12 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 13-44.

EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. 204 p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. 152 p.

_____. FOUCAULT, M. Outros espaços. In: **Ditos e escritos III** - Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 411-422.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 232 p.

NIETZSCHE, F. W. **A genealogia da moral**. São Paulo: Centauro, 2002. 114 p.

PIRES DE OLIVEIRA, R. Semântica. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.) **Introdução à Linguística:** Domínios e Fronteiras. Volume 2. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 270 p.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual:** práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014. 223 p.

SANTOS, J. B. C. Uma reflexão metodológica sobre análise de discursos. In: FERNANDES, C. A. **Análise do discurso – unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 109-118.

SAUSURRE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 1974. 279 p.

SILVA, R. C. **Max Horkheimer:** teoria crítica e barbárie. Uberlândia: Udufu, 2011. 288 p.